



O GÊNERO NEUTRO: PINTANDO O PORTUGUÊS PARA A LUTA

THE NEUTRAL GENDER: PAINTING THE PORTUGUESE FOR THE FIGHTEL

GÉNERO NEUTRO: PINTAR PORTUGUÉS PARA LA LUCHA

Mauro Simões de Santana¹

RESUMO

Este artigo pretende analisar o fenômeno da neutralização de gênero na língua portuguesa reivindicado por ativistas do movimento LBTQIA+ como instrumento de luta por equidade de direitos e contra a discriminação de gênero. Apontaremos que quando o fenômeno é tratado como uma tentativa de mudar a norma considerada padrão da língua portuguesa, é alvo de críticas e esvaziamento de seu conteúdo político. Veremos que, como objeto de estudo da Linguística, a neutralização de gênero pode ser mais bem compreendida como um fenômeno fruto de contextos de interação verbal sobre formações ideologias referenciadas na materialidade das práticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Linguagem. Ativismo. Lutas Políticas. Formações Ideológicas

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el fenómeno de la neutralización de género en lengua portuguesa reivindicado por activistas del movimiento LBTQIA + como instrumento en la lucha por la igualdad de derechos y contra la discriminación de género. Señalaremos que cuando el fenómeno es tratado como un intento de cambiar la norma considerada estándar en la lengua portuguesa, es blanco de críticas y vaciamiento de su contenido político. Veremos que, como objeto de estudio en Lingüística, la neutralización de género puede entenderse mejor como un fenómeno resultante de contextos de interacción verbal sobre formaciones ideológicas referenciadas en la materialidad de las prácticas sociales.

PALABRAS CLAVE: Género. Idioma. Activismo. Luchas políticas. Formaciones ideológicas.

¹ Instituto Federal Fluminense.

ABSTRACT

This article aims to analyse the phenomenon of gender neutralization in the Portuguese language claimed by activists in the LGBTQIA+ movement as an instrument to fight for equal rights and against gender discrimination. We will point out that when the phenomenon is treated only as a linguistic claim the debate loses its social dimension and is restricted to analyze and judgment based on normative grammar. We will see that as an object of study of linguistics gender neutralization can be better understood as phenomenon resulting from contexts of verbal interaction and referenced in the materiality of social practices.

KEYWORDS: Gender. Language. Activism. Political Fights. Ideological Formations.

Introdução

A luta das minorias sociais, mesmo aquelas que assim não podem ser consideradas, se utilizarmos apenas critérios quantitativos, é uma luta pelo pleno exercício da cidadania. Reivindicar direitos é uma ação pela democratização das instituições de Estado e contra interesses que ganham política e economicamente com a exploração e hierarquização da sociedade. Uma das frentes de luta dos ativistas do movimento LGBTQIA+ é a que tenta avançar no sentido da compreensão de que identidade sexual não pode ser confundida com a constituição subjetiva do indivíduo, que está incrustada em sua experiência sócio-cultural.

As lutas contra opressão são impulsionadas por pautas reivindicatórias fundadas na vida concreta, no sofrimento do dia a dia de populações colocadas à margem de certa ordem social. São impulsionadas também por ideais, como o de que é possível uma sociedade igualitária e autodeterminada.

Uma das estratégias de luta de ativistas é problematizar o binarismo da flexão de gênero na língua portuguesa e abrir nos/entre vocábulos um espaço para que, entre o masculino e o feminino, haja a possibilidade de simbolizar outras identidades de gênero. Principalmente nas redes sociais e nos debates promovidos por ativistas, já é comum o uso da vogal *e* ou da consoante *x* ou do sinal @ em nomes, pronomes, artigos e adjetivos para que essas palavras se refiram ao movimento real de luta por equidade e visibilidade que se desenrola no tecido social.

Porém, como uma ameaça de mudança ou variação em relação às regras gramaticais da língua portuguesa padrão, a neutralização de gênero também fomenta debates em que vozes defensoras da volta à “normalidade gramatical” reverberaram. Usos de palavras como “presidenta”, “querides”, “todxs” são julgadas como tentativas

inapropriadas e até ridículas de mudar a língua “por decreto”. Quando, por exemplo, um colégio tradicional do Rio de Janeiro² resolveu adotar a neutralização de gênero em sua comunicação interna e externa, houve reações no meio político e até uma lei foi proposta³ para proibir a marcação do gênero neutro no português.

Acreditamos que o ataque à tentativa de alteração do sistema flexional prescrito pela gramática normativa é apenas uma dimensão da reação. Podemos inferir que o ataque também seja uma estratégia ideológica de apagamento do debate e desvio da verdadeira causa da luta que, como apontamos, não se encerra na dimensão significativa do signo linguístico.

Para evitar essa cilada, propomos, neste artigo, situar a questão da neutralização do gênero na língua portuguesa por ativistas do movimento LGBTQI+ como um fenômeno que pode ser analisado pela Linguística, por ser um fato verificado no sistema morfológico da língua que aponta para um fato social. Com esse enquadramento é possível contestar os argumentos do purismo gramatical e seguir na direção de uma análise da neutralização de gênero como constituinte de uma formação discursiva que problematiza restrições sociais que se reproduzem simbolicamente na gramática da língua.

A partir desse ponto, uma pergunta inicial a ser respondida é sobre qual linguística seria mais apropriada para compreendermos a neutralização do gênero. Apresentaremos preliminarmente que a linguagem, como objeto de pretensão estudo científico, é investigada tradicionalmente a partir de duas grandes abordagens: a formalista e a funcionalista. Considerando os pressupostos teóricos e metodológicos de cada abordagem, refletiremos sobre qual potencialmente pode capturar a neutralização do gênero na língua portuguesa como um fenômeno inserido em dinâmicas específicas de interação e embate ideológico.

Defendemos que a motivação para marcar a língua com o gênero neutro pode ser mais bem analisada dentro de uma epistemologia que aponte para a linguagem como consequência e não causa dos atos de fala. O esgarçamento do sistema flexional da língua portuguesa seria apenas a face formal de uma ação que tem todo o seu corpo nas disputas travadas em contextos de interação linguística, onde ocorrem lutas semânticas

²No dia 10 de novembro de 2020, o Colégio Franco-Brasileiro, localizado no Bairro Laranjeiras, no Rio de Janeiro, divulga uma carta à comunidade informando “a adoção de estratégias gramaticais de neutralização de gênero na instituição.

³De acordo com reportagem do jornal Extra, do dia 12/11/2020, foi protocolado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro um Projeto de Lei para proibir o uso de gênero neutro nas escolas.

contra formações ideológicas opressoras. Para inserir a dimensão interacional e ideológica do fenômeno de neutralização de gênero dentro do campo de análise linguística, buscaremos o apoio das predições da Análise do Discurso, principalmente por compreender o signo linguístico como uma instância aberta para as situações comunicativas efetivadas no tempo e nas relações sociais.

O gênero não é gramatical

Encarada como um fenômeno que meramente incide sobre a morfologia da língua, a neutralização do gênero entra no grupo de variações linguísticas que não são consideradas dentro do escopo do que tradicionalmente se considera o sistema gramatical da norma padrão da língua portuguesa. Sob o clivo prescritivo de uma concepção de língua homogênea que deve coincidir com o ideal de língua nacional, a variação linguística é considerada um fenômeno linguístico contingencial a ser estigmatizado como uma força corrosiva dentro de um sistema linguístico abstrato e estático.

Se olharmos para a história externa da língua portuguesa no Brasil a partir do século XVIII, principalmente após a expulsão dos jesuítas e o progressivo declínio das línguas gerais de matriz indígena, já se pode observar um projeto em andamento para homogeneizar um português estratificado, com normatização fundamentada em dados colhidos em textos literários canônicos de Portugal. Esse projeto tenta apagar realidade plurilinguística que marcou a história brasileira, em que as populações provenientes de África, indígena e europeia conviveram em várias formações linguísticas. Nas palavras do linguista Carlos Alberto Faraco:

...múltiplos foram os resultados dos contatos linguísticos que ocorreram nas mais diversas situações oriundas da expansão marítima: o surgimento de *pidgins* e de línguas crioulas de base portuguesa; a transformação de línguas indígenas americanas em línguas coloniais (as chamadas línguas gerais); a emergência das chamadas variedades não nativas, decorrentes do uso do português como língua segunda por expressivos contingentes populacionais... (FARACO, 2016, p. 63).

Uma primeira tentativa legislativa de impor o português na colônia brasileira foi o projeto Diretório, de 1757, que não logrou efeito prático. Porém “...os ventos do imaginário já favoreciam o interdito das línguas indígenas e da língua geral”. (FARACO, 2016, p.101).

O português de inspiração lusitana, higienizado das corrupções do falar popular em situações reais de comunicação, cada vez mais se estabelece como um marco de civilidade. A professora e pesquisadora da história linguística brasileira Rosa Virginia Mattos e Silva assinala que, em 1757, o Marquês de Pombal “define o português como língua da colônia, conseqüentemente obriga seu uso na documentação oficial e implementa o ensino leigo no Brasil”. (SILVA, 2004, p.21).

A valorização social de uma versão idealizada da língua portuguesa se constrói no interior da divisão de classes. O português culto é a língua do Brasil rico, moderno, escolarizado; as variações populares do português são a marca do Brasil pobre, analfabeto, arcaico. A escola institucionaliza essa ideologia, uma vez que orienta o ensino de língua para a supervalorização das regras da gramática normativa e para a negligência do estudo da variação linguística como um fenômeno inerente a todas as línguas naturais. Professores fazem sucesso na grande mídia e nas redes sociais quando chamados a delimitar o que é certo e o que é errado no uso da língua. O desprezo pelos falares populares, o preconceito linguístico, denunciado no Brasil pelo professor e linguista Marcos Bagno⁴, protegem a língua ideal encerrada na gramática escolar.

Operando apenas na morfologia do português, a neutralização da flexão de gênero sintoniza uma dimensão de debate orientado para a defesa da norma padrão do português. As reações oscilam entre sentenciar o gênero neutro como uma invenção esdrúxula e marginal, que não deve ser levada a sério; ou como uma tentativa descabida de mudar o sistema flexional, que inclusive pode confundir a aquisição e o ensino da língua. Podemos encarar essas reações, como já apontamos, como uma incompreensão sobre a real finalidade da reivindicação da neutralização de gênero. Mas podemos também encará-las como ideologicamente orientadas para desviar o foco de questões que remetem a uma estrutura social opressora.

Contribuições e limites da Linguística estruturalista

Até o início do século XX, a linguagem verbal era um objeto de estudo para se compreender a filosofia, a retórica, a lógica e a História. A partir das primeiras décadas

⁴Bagno(2002;2007) estuda o fenômeno da variação linguística e investiga as causas do preconceito linguístico contra os falares considerados populares ou desviantes da norma considerada culta da língua.

do século XX, as elaborações teóricas do linguista suíço Ferdinand de Saussure⁵ costumam ser colocadas como marco do estudo científico da linguagem. O signo linguístico inserido em um sistema estruturado chamado língua é elevado a objeto de estudo de uma ciência nova chamada Linguística, que, por sua vez, de acordo com Saussure, insere-se na Semiologia – ciência que estuda os signos em geral.

Nessas bases epistemológicas, há a crença de que a língua é um sistema abstrato, com regras imanentes. As investigações se desenvolvem a partir da descrição das regras gerais e específicas que dão forma aos elementos linguísticos dentro do sistema, que Saussure (1977) compara a um tabuleiro de xadrez. O signo linguístico, assim como uma peça no tabuleiro, importa não como substância, mas como forma que assume em função de outros signos no sistema da língua. Autores como Edward Sapir⁶, nos Estados Unidos, e Joaquim Mattoso Câmara Jr⁷, no Brasil, contribuíram para a consolidação dessa nova ciência que nasce adjetivada de “estruturalista” e que contribui, sobremaneira, para a descrição de línguas indígenas nas Américas. Para a Linguística, todas as línguas e todas as formas de uso de uma língua possuem o mesmo valor enquanto objeto de estudo sistematizado.

Desta forma, a Linguística pretende oferecer um contraponto determinante à gramática normativa, que é organizada, como vimos, a partir da prescrição de regras não imanentes ao sistema linguístico. A descrição e a análise de uma língua como ela se apresenta em um certo momento histórico e em um certo espaço geográfico convergiriam para uma legislação inerente ao sistema linguístico e excluiriam juízos de valor sobre o desempenho linguístico de um grupo de falantes. A língua falada pela elite carioca e a língua falada pelo camponês do interior de Minas Gerais, por exemplo, de acordo com a Linguística, devem ser igualmente tratadas como objetos genuínos de pesquisa.

De qualquer forma, a tradição do ensino de língua portuguesa no Brasil continuou acentuando o estudo das regras prescritas tradicionalmente pela gramática

⁵(cf. SAUSSURE, F. *Curso de Linguística geral*. Trad.de A.Chelini; J.P.Paes e I. Blikstein. 7ª Ed. São Paulo: Cultrix, 1977. *Cours de linguistique general*. Charles Bally e Albert Sechehaye (orgs.), com a colaboração de Albert Riedlinger, [1916].

⁶Antropólogo e linguista norte-americano(1884-1939), nome fundamental da etnolinguística e da relação entre Linguística e Antropologia. Situou a linguagem com aspecto central dentro dos estudos sociais e culturais.

⁷ Professor e linguista (1904-1970) que se tornou uma referência nos estudos de linguística estruturalista em língua portuguesa e fundou o primeiro curso de pós-graduação em Linguística do Brasil. Cf. CAMARA, Jr. *Estrutura da língua portuguesa*. 30ª ed. Petrópolis: Vozes,1999 em que o mestre aplica o modelo de análise estruturalista à fonologia e morfologia.

normativa. Somente na década de 70 do século XX, a Linguística se consolida como uma disciplina das Faculdades de Letras e de Comunicação. No entanto, entre a maioria dos intelectuais, na mídia corporativa e na sociedade em geral, permanece o consenso de que a língua portuguesa é aquela protegida pelas regras gramaticais. Não é incomum surgirem vozes no meio acadêmico e jornalístico que constroem narrativas em que os linguistas aparecem como ameaças ao “bom vernáculo”, porque abarcam, em seus *corpus* de análise, dados considerados desviantes da norma considerada padrão. Essa animosidade, na verdade, é a ponta do iceberg da verdadeira e velha cruzada iniciada no período colonial brasileiro, cujo projeto é a imposição de um português idealizado-lusitano, androcêntrico, universalizante e patriarcal sobre os diversos falares populares que borbulham na sociedade.

Há, porém, uma proximidade entre a Linguística estruturalista e a gramática normativa que pode ser mal interpretada como um ponto de convergência entre elas: ambas operam uma abstração ao excluïrem de suas descrições e explicações os atos de fala em situações reais de comunicação. Está claro, no entanto, que as motivações são diferentes, pois a primeira pretende descrever regras gramaticais imanentes ao sistema linguístico, enquanto a segunda pretende prescrever regras.

O formalismo da Linguística estruturalista é criticado por centrar suas análises em “dados de laboratório”. Ilari (2004) avalia como limitado o sistema de comunicação utilizado por Saussure, porque nada diz como os falantes interpretam os signos:

Espera-se, em outras palavras, que os falantes usem os signos linguísticos que compõem suas mensagens de modo tal que se reconheçam nesses signos linguísticos todos os traços pertinentes que permitem identificá-los. (ILARI, 2004, p. 69).

Portanto, mesmo que por motivações diferentes, tanto a gramática normativa quanto a Linguística em sua versão formal não conferem agentividade aos falantes. Uma, por questões políticas e ideológicas; outra, por questões epistemológicas. De qualquer forma, essas meias semelhanças podem servir de falso argumento para os defensores da norma padrão reafirmarem suas posições de desprezo à diversidade de falares reais coexistentes em nosso território.

O fenômeno da neutralização de gênero no português para destacar a causa de minorias é rejeitado pela gramática normativa pelos motivos já vistos. Já para a Linguística formal, trata-se de um fenômeno alheio a seu escopo investigativo. Os atos de fala, para Saussure, são atos individuais que não ascendem ao estatuto de objeto da

linguística, constituído por signos convencionados em um acordo tácito e coletivo. Por isso, precisamos seguir para outra linha de pesquisa dentro da Linguística para tentarmos capturar o fenômeno e o analisar em sua dimensão sócio-histórica.

Em linhas gerais, abordaremos a seguir a corrente funcionalista dentro da linguística e, dentro dela, modelos teóricos como o interacionismo e a Análise do Discurso, que se caracterizam por inserir em seus objetos de estudo os falantes, a situação comunicativa e as relações de poder exercidas através da comunicação.

Uma abordagem para o gênero neutro no funcionalismo

De acordo com Saussure (1977, p.15) “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista [...] é o ponto de vista que cria o objeto”. Com esta proposição, o autor toca a raiz do que diferencia diferentes perspectivas de estudos dentro da Linguística. Nietzsche (1977) diria que a precedência do ponto de vista ou da “vontade” se encontra na raiz de toda ciência: “...a vontade de potência em seu aspecto mais intelectual, a vontade de ‘criar o mundo’ e implantar nele a causa primeira” (NIETZSCHE, 1977, p. 24).

Como vimos acima, o ponto de vista formalista abstrai dos atos de fala um sistema linguístico com regras imanescentes onde as investigações do cientista da linguagem devem se ater. Por outro lado, os funcionalistas acreditam na visão de que o sistema linguístico é devidamente explicado se as investigações se esforçarem para compreender como ele é pressionado pelo uso que os falantes fazem dele para determinado fim. Lyons (1987, p.207) afirma que o funcionalismo “Caracteriza-se pela crença de que a estrutura fonológica, gramatical e semântica das línguas é determinada pelas funções que têm de exercer nas sociedades em que operam”.

Roman Jakobson, considerado um dos precursores da linguística funcional, apresenta um modelo, que se tornou clássico, com os elementos envolvidos em qualquer ato comunicativo: emissor, receptor, mensagem, referência, canal e código (cf. Jakobson, 2008). A estrutura do texto toma uma forma ou outra se um elemento é mais enfatizado que o outro pelo falante/escritor dentro de sua finalidade comunicativa.

Porém, o modelo de Jakobson consegue abarcar algo de grande importância para as abordagens funcionalistas mais atuais: a relação entre a finalidade para qual a língua está sendo usada pelo falante e o contexto interacional em que o uso se concretiza. Um falante, por exemplo, pode focalizar uma informação que considera conhecida pelo seu

interlocutor, para só depois concatenar a informação nova. Nesse caso, o emissor projeta uma imagem sobre o domínio de informações do receptor, o que determina a estrutura sintática e o significado do texto. Essa informação extralinguística não é prevista pelo modelo de comunicação de Jakobson, que é centrado na transmissão da mensagem e desconsidera os elementos emissor e receptor como agentes da construção do significado.

O funcionalismo abre uma nova perspectiva de análise para a neutralização de gênero no português, graças ao corte epistemológico a partir do qual as condições reais de uso da língua são pertinentes ao sistema linguístico. A marcação do gênero neutro pode se tornar um dado de análise para a teoria lingüística, uma vez que possui uma função no sistema de comunicação. Porém, nada ainda pode ser dito até aqui sobre a formação discursiva onde a batalha e a negociação ideológicas fazem emergir signos linguísticos como *todxs* e *todes*, por exemplo, que estrategicamente abrem espaço no sistema morfológico da língua como índices de abertura possível de espaços no debate público sobre o que se compreende como gênero.

Neutralização do gênero: interação como campo de batalha ideológica

O interacionismo

As abordagens funcionalistas que focalizam a interação ganham força a partir da metade do século XX, principalmente com os estudos de L. S. Vygotski⁸, que busca compreender o desenvolvimento cognitivo a partir da ação das intersubjetividades em contexto de interação (cf. Vigotsky, 2007); e de M. Bakhtin⁹, que acredita que a verdadeira natureza da linguagem está na interação sócio-verbal: a partir da dimensão dialógica da linguagem é possível analisar os mecanismos que tornam possível a interação entre sujeitos (cf. Bakhtin, 1997).

O interacionismo é um guarda-chuva que abarca tendências diferentes, mas, de modo abrangente, parte do pressuposto de que existe linguagem porque indivíduos convivem socialmente em interação. Morato (2004) adverte que interação é um conceito

⁸Psicólogo bielo-russo(1896-1934) que se dedicou ao estudo do desenvolvimento intelectual a partir da relação dialética entre o sujeito a seu redor.

⁹Filósofo e teórico russo (1895-1975) para quem a linguagem deve ser estudada em relação a fatores interacionais e ideológicos.

amplo e muitos domínios da Linguística se consideram interacionistas, mas, de modo geral

...se pautam por uma posição externalista a respeito da linguagem, isto é, que se interessam não apenas ou tão somente pelo tipo de sistema que ela é, mas pelo modo através do qual ela se relaciona com seus exteriores teóricos, com o mundo externo, com as condições múltiplas e heterogêneas de sua constituição e funcionamento. (MORATO, 2004, p. 312)

A pesquisadora ainda destaca que cabe às abordagens interacionistas qualificar a interação como uma categoria de análise linguística e não apenas um mero cenário onde a comunicação acontece. Todos os componentes envolvidos na interação constituem uma formação comunicativa que interpela os sujeitos a produzirem sentido. “O centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo” (BAKHTIN / VOLOCHÍNOV, 2014, p. 125).

A língua se concretiza em palavras e sintaxes que significam não só para atender a uma função social dentro de um modelo de comunicação. A linguagem, em sua funcionalidade social, mantém uma relação dialética com as condições reais de interação, onde são determinantes diversos fatores que escapam aos agentes envolvidos no ato linguístico, tais como: projeções equivocadas de conhecimento de mundo do outro, contradições, imprevistos, conflitos etc. Para além de ser uma ação que incide apenas sobre a morfologia da língua ou para além de ser uma intenção subjetiva descolada de um cenário sócio-cultural, a neutralização de gênero deve ser analisada em uma dimensão enraizada nas necessidades sociais concretas que atravessam a linguagem quando inserida em contextos de interação.

A análise do discurso

Como vimos, a linguagem pode ser estudada sob diversas perspectivas. A Análise do Discurso (doravante referida como AD) se constituiu, nos anos 60 do século XX, como um novo campo de estudos que trata a língua como um produto sócio-cultural fruto da práxis humana. De acordo com Pêcheux e Fuchs (1975) a AD é filha teórica de três domínios disciplinares: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise. A AD põe uma lupa sobre os fatores envolvidos na interação verbal para lhes propor uma crítica, principalmente em relação aos conceitos de sujeito e ideologia.

Por conta disso, a AD pode nos ajudar ainda mais a compreender o fenômeno da neutralização do gênero. Consideramos que vale a pena apresentar essa crítica e suas consequências para a qualificação de nossa análise. Iremos nos deter aqui à AD de orientação francesa e nos apoiaremos na obra do teórico francês Michel Pêcheux e na obra da professora e linguísta brasileira Eni Orlandi.

A AD questiona se o sujeito possui o controle do ato comunicativo e se análises que não consideram a formação ideológica que permeia o sujeito e seus efeitos no discurso são confiáveis. A crítica à categoria sujeito promovida pela AD se refere à crítica proposta pela filosofia pós-kantina¹⁰. Não é nossa intenção aqui nos aprofundarmos no exame do traçado que o percurso que a crítica à subjetividade toma nas reflexões filosóficas. Nossa intenção é apenas apresentar a noção de sujeito operada pela AD.

Para tanto, cabe dizer que o sujeito moderno do iluminismo nasce absoluto e autônomo em relação ao mundo objetivo. No século XVII, o sujeito cartesiano¹¹ é dotado de uma consciência que tem prioridade sobre o mundo objetivo, que causa a ação de pensar e orienta a cognição.

Tentando driblar o dualismo sujeito – objeto, Kant, em sua *Crítica da Razão Pura*¹² estabelece as categorias de tempo e de espaço que, segundo o autor, existem *a priori* no sujeito e fazem as coisas em si se transformarem em fenômenos cognoscíveis. Porém, mesmo que o sujeito kantiano seja receptivo, capaz de ser afetado pelo mundo objetivo e situado no tempo e no espaço, ainda assim está bem confortável em um espaço livre de onde tem o poder de fazer julgamentos justos, éticos e bons para todos.

Esse sujeito será problematizado pelo pensamento contemporâneo. Nietzsche (1977) critica a ideia de sujeito como causador do processo significativo, como unidade de consciência e como controlador da significação. Para Nietzsche, o sujeito incondicionado não passa de uma crença sem referência na realidade: “De onde retiro minha noção de ‘pensar’? Por que devo crer na causa e no efeito? Com que direito posso falar de um ‘eu’ e de um ‘eu’ como causa e para cúmulo, causa do pensamento?” (NIETZSCHE, 1977, p.32).

¹⁰A obra de Immanuel Kant(1724-1804) representa um marco para a filosofia moderna. Para muitos, o autor promoveu uma revolução na filosofia comparável à revolução promovida por Copérnico na astronomia, porque fez com que o objeto se ajustasse ao conhecimento do sujeito.

¹¹O sujeito cartesiano do Filósofo René Descartes (1596-1650) é aquele que deve sua existência ao pensamento, é livre, autônomo e consciente de seus atos.

¹²Mais importante obra de Immanuel Kant, publicada em 1781, cujo tema é a teoria do conhecimento.

Limpendo o terreno da AD de concepções idealistas sobre o sujeito, Pêcheux (2014: 120), lembrando Louis Althusser¹³, afirma que a ideologia não é uma ideia que nasce do sujeito. Ao contrário, o sujeito é o resultado de seu assujeitamento a uma ideologia. Situando a AD dentro do campo do materialismo histórico, o autor aponta o idealismo como o responsável por impedir a compreensão das “práticas políticas” e “da prática de produção dos conhecimentos” (PÊCHEUX, 2014, p. 123). Na mesma linha de alertar para os falseamentos do idealismo, Orlandi chama a atenção para a crença na produção de um sentido imanente para as palavras, independente das práticas discursivas; chama atenção também para a crença de que “somos sempre já sujeitos” (ORLANDI, 2019, p. 44).

E a psicanálise traz a pá de cal para enterrar o sujeito absoluto iluminista. A clínica psicanalítica de Sigmund Freud¹⁴ fornece dados empíricos que corroboram a sua teoria de subjetividade fundada na clivagem do indivíduo em pelo menos três instâncias psíquicas: o Id, o ego e o superego¹⁵. Outros conceitos da teoria psicanalítica freudiana, como inconsciente, princípio do prazer e da realidade aproximam a subjetividade da falha, do lapso, do esquecimento defensivo, muito mais do que da consciência e da razão. O psicanalista Jacques Lacan, seguindo e reformulando Freud, acentua o papel do Outro na constituição da imagem a partir do qual o indivíduo se percebe como sujeito estruturado simbolicamente dentro de uma cultura¹⁶. Lacan rejeita o sujeito cartesiano identificado com a consciência em sua célebre proposição: “Penso onde não sou. Sou onde não penso.” (LACAN, 1957-58/1998, p. 521).

Assim chegamos ao ponto em que se encontra o sujeito considerado pela AD: um sujeito que produz significado porque ele próprio é uma produção semântica. Como subjetividade produzida, sua autoria fica comprometida. Como o inconsciente e a incompletude constituem o sujeito que fala, o processo significativo sempre terá frestas para a instabilidade semântica, para o porvir, além de se constituir na materialidade dos

¹³Filósofo marxista francês(1918-1990) que refletiu sobre o papel fundante da ideologia na constituição da subjetividade (cf. ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado*. Trad. Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998).

¹⁴Médico neurologista e psiquiatra austríaco(1856-1939) considerado o fundador da psicanálise.

¹⁵No que se chama “segunda tópica” de sua teoria, Freud (2016) propõe, em trabalho original publicado em 1914, um modelo de estrutura do aparelho psíquico composto por três instâncias que interagem constantemente.

¹⁶ A constituição da imagem virtual do sujeito é descrita na teoria do estágio do espelho, em que Jacques Lacan(1901-1981) acentua que a subjetividade é fruto de reconhecimentos imagéticos que o Eu alcança a partir da sua relação com o discurso do Outro, que representa a cultura e a linguagem.

contextos interativos. Diante desse conceito de sujeito, Orlandi (1999) propõe que o analista do discurso construa um dispositivo de interpretação dos dados linguísticos:

Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras. (ORLANDI, 1999, p. 57).

Portanto, os atos de fala das abordagens funcionalistas são considerados pela AD um evento só possível como efeito de uma formação discursiva onde a produção do significado não está no domínio do sujeito autônomo e consciente. Além disso, a significação é produzida, estabilizada ou desestabilizada como fruto das disputas que ocorrem no nível ideológico. Os sujeitos podem manter a ilusão de que dominam a linguagem e orientam o processo de interação, mas, para a AD, a subjetividade, desde a sua constituição, é fruto do assujeitamento ao ideológico.

Geralmente, quem ganha a batalha dos sentidos são as palavras já reificadas pela ideologia dominante. O discurso que ridiculariza o gênero neutro como estratégia de defender o “bom senso” de não interferir na flexão binária do português ou que limita a luta por direitos e equidade a uma luta linguística, tende a prevalecer, tende a ter mais espaço na mídia corporativa. Sobre essa luta pela fixação de sentidos que servem para um domínio ideológico, diz Pêcheux (2014, p. 146):

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queira dizer o que realmente dizem’ e que mascaram o caráter *material* (grifo do autor) do sentido das palavras e dos enunciados.

Como os sujeitos são falhos, a significação em sua materialidade é um quebra cabeça onde sempre faltará uma peça e significados destoantes podem emergir. Nesse espaço frouxo, da falha e do lapso, há possibilidade de ressignificação. Como um discurso situado em um jogo ideológico que atravessa a subjetividade, a reivindicação da neutralização de gênero pode disputar uma fresta aberta na semântica da ideologia dominante. Pode desestabilizar sentidos cristalizados em uma estrutura de poder e se projetar para além de uma marcação morfológica, construindo, desta forma, os sentidos da luta política reivindicada.

Abrir um espaço na morfologia da língua para o gênero neutro é uma boa estratégia de susto semântico para provocar conversas e debates que favoreçam o movimento para uma significação referenciada na realidade concreta de cidadãos e cidadãs que sofrem violência e têm seus direitos negados. Nesse sentido, a neutralização de gênero é percebida em toda a sua dimensão e materialidade: é uma bandeira fincada na linguagem que atíça e convida os sujeitos para a guerra travada na materialidade da vida social.

Considerações finais

Vimos que a neutralização do gênero no português, quando percebido apenas como uma intervenção na morfologia da língua, é alvo de julgamento e condenação dos defensores da gramática normativa e das vozes do senso comum que defendem um ideal de língua com logradouro incontestado nas regras prescritas pela gramática. Vimos também que, a partir das predições da Linguística formal, a marcação de gênero neutro pode deixar de ser apedrejada e se tornar um objeto passível de análise, mesmo que continue sendo percebida apenas em sua dimensão morfológica, devido aos limites epistemológicos do formalismo. Por sua vez, abordagens funcionalistas, como o interacionismo, e a AD permitem situar a neutralização de gênero dentro de uma dimensão em que a significação está enraizada na materialidade da cena em que a linguagem é produzida pelo jogo de poder das formações ideológicas que capturam a subjetividade. Desta forma, essas abordagens deslocam o debate do significante do símbolo linguístico para as condições reais de vida dos atores envolvidos na interação. Arranhar a linguagem e provocar estranheza é uma metodologia de luta, porém não pode ser confundida com a própria luta. Quando o debate sobre a marcação de gênero sai do nível do significante, pode-se perceber que seus verdadeiros críticos não são os gramáticos, mas os que produzem significados que reproduzem uma referência opressora que insiste em estabelecer uma concepção de gênero atrelada ao biológico e não ao culturalmente constituído.

A neutralização de gênero no português, apenas como uma intervenção na linguagem, sem referência, torna-se uma categoria solta que pode encobrir a grande narrativa que é o enfrentamento das condições materiais que estruturam na sociedade as práticas discriminatórias. Como estratégia de luta, o gênero neutro pode estimular debates com poder de desestabilizar significados já postos e apontar para a diversidade

de referências com as quais novos significados mais plurais e democráticos podem ser construídos pelos sujeitos.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado*. Tradução de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico – o que é, como se faz*. 15 ed. Loyola: São Paulo, 2002.
- BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editoria, 2007.
- BAKHTIN, M. *O problema do texto*. In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKTIN, M. / VOLOCHINOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lúci Carlos Henrique D. Chagas . 16ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- CÂMARA Jr. J.M. *Estrutura da língua portuguesa*. 30ª. ed., Petrópolis: Vozes, 1999.
- FARACO, C.A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FREUD, S. *O Ego e o Id*. In: S. Freud, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIV, PP.75-108. Rio de Janeiro: Imago, 2006 (trabalho original publicado em 1914).
- ILARI, R. *O estruturalismo linguístico: alguns caminhos*. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (Orgs.) Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos.v.3, São Paulo: Cortez, 2004.
- JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. 23.Ed. São Paulo: Cultrix, 2008.
- LACAN, J. *O seminário, livro 5: A formação do inconsciente*. Paris, Seuil, 1998.
- LYONS, J. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Trad. Marilda Winkler Averbog e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- MORATO, E. M. *O interacionismo no campo linguístico*. In: MUSSALIM, F. ; BENTES, A. C. (Orgs.) Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos. v. 3 – São Paulo: Cortez, 2004.

NIETZSCHE, F.W., *Além do bem e do mal: prelúdio de uma filosofia do futuro*. Trad. Márcio Publiesi. São Paulo: Hemus, 1977.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso. Uma crítica a afirmação do óbvio*. 5ªed. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. *Mises au point et perspectives à propôs de l'analyse automatique Du discours*. In: *Languages*, 37. Paris: Didier-Larousse, 1975.

PEZATTI, E.G. *O funcionalismo em Linguística*. In: MUSSALIM, F; BENTES, A.C. (Orgs.) *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*.v.3, São Paulo: Cortez, 2004

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. Organização Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 7ª ed. São Paulo: Cultrix, 1977.

SILVA, R.V.M. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SOUZA, T. Debate sobre a linguagem de gênero chega à ALERJ e deputados do PSL querem projeto que impeça mudança em escola. *Jornal O Extra*, Rio de Janeiro, 12/11/2020.

VANZO, A; NUNZIANTE, A.M. Sujeitos capazes de representar objetos que dependem da mente: Kant, Leibniz e a Anfibolia. In: *Comentários às obras de Kant [crítica da Razão Pura]*, Joel Thiago Klein (org.), Florianópolis: Nefiponline, 2012.

VIGOTSKY, L.S. *A formação social da mente: o desenvolvimento social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Recebido em junho de 2021

Aprovado em dezembro de 2021.